



A importância de Políticas Sociais na Primeira Infância

Bianca Gabriela Stroff, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa,
Campus São Borja
Fernanda Muller, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa, Campus
São Borja
Mylenna Barcelos, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa,
Campus São Borja
Vanusa Vissozi, TAE, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja

Andreia C. Silva Almeida, professora do magistério superior, Universidade Federal
do Pampa, Campus São Borja

biancastroff.aluno@unipampa.edu.br

A primeira infância regulamentada é pela Lei Federal nº 13.257/2016 onde dispõem sobre os princípios e diretrizes para a implementação de políticas públicas na área, defende a importância de condições básicas para o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos de idade. Estas condições estão articuladas entre meio social e meios materiais, observando que no modo de produção capitalista grande parte da população vive em condições de vulnerabilidade social, impactando diretamente nas possibilidades de desenvolvimento dos sujeitos. Nesta direção, o trabalho tem como objetivo trazer à tona a responsabilidade do Estado em formular e implementar políticas sociais públicas que visam o enfrentamento das desigualdades criadas pelo capital e que impactam diretamente na primeira infância, fase de extrema importância ao desenvolvimento humano. O estudo tem o caráter qualitativo documental e analisou o documento - Primeira Infância-Avanços do Marco Legal da Primeira Infância, publicado pelo Senado Federal (2016). O estudo faz parte do conjunto de atividades do Projeto de Extensão “Formação Profissional sobre a Primeira Infância no município de São Borja” que tem como objetivo realizar estudo e explanação sobre o tema com profissionais de São Borja. O primeiro encontro foi realizado no dia vinte e nove de setembro e debateu sobre a importância da ação pública do Estado na primeira infância, estiveram presentes na atividade oito profissionais com atuação estadual e municipal. Assim, nosso direcionamento neste estudo se fundamenta na defesa de que na primeira infância ocorre o maior desenvolvimento cerebral em curto prazo, esse desenvolvimento é baseado nas interações que a criança tem com o seu meio social, seus estímulos e trocas (YANEZ, 2016). O meio social de um sujeito depende de fatores ligados principalmente a sua situação socioeconômica, desta forma, entende-se que uma primeira infância baseada no pleno desenvolvimento é composta pela promoção de condições objetivas e subjetivas dos sujeitos que nela estão envolvidos, são necessárias políticas que incidem significativamente na qualidade de vida, condições de emprego, moradia, educação, alimentação de qualidade, segurança e saúde. Crianças que vivenciam situações que interferem no seu desenvolvimento tendem a

ter problemas sociais e ou biológicos no decorrer de sua vida, ressalta-se também a necessidade de romper com o ciclo da violência que muitas vezes é vivenciado pelos responsáveis quando criança e perpassado de forma geracional. Desta forma, ao trazer as principais explanações realizadas no documento, destaca-se a necessidade de um Estado interventivo no segmento da primeira infância, visto que este está relacionado com o restante da vida social. É preciso que o Estado garanta condições dignas para o desenvolvimento desses sujeitos, são necessárias políticas intersectoriais que incidam tanto nas crianças de 0 a 6 anos, envolvendo gestantes, como também em suas famílias e em seu entorno social.

Agradecimentos: Agradeço a Universidade Federal do Pampa por possibilitar o acesso a educação de qualidade como um direito de todos, a PROFEXT que através do fomento a extensão traz a socialização de conhecimentos para os alunos, instituição e comunidade.

Palavras-chave: Criança; Primeira Infância; Políticas Públicas; Políticas Sociais.